

A atualidade do livro didático como recurso curricular*

Omar Rolando Turra Díaz
Universidad de Concepción, Chile

Resumo

É notável que a longa história do livro didático como um recurso educacional não afetou sua validade; pelo contrário, após a primeira década do século, o seu papel nos processos pedagógicos tende a aumentar, como acontece no sistema educacional chileno. Portanto, sua relevância como um recurso educacional e as complexas dimensões que envolvem a sua presença na sala de aula fazem com que seja um fenômeno de pesquisa e de reflexão de interesse renovado. Existem várias possíveis relações estabelecidas entre este recurso e o currículo, enquanto artefato cultural e pedagógico. Vê-se, à luz deste artigo, a partir de uma perspectiva crítica, o seu papel como um dispositivo que traduz o currículo oficial, como material didático para professores e uma fonte de aprendizagem para os alunos.

Palavras-chave: Livro didático. Currículo. Recurso curricular.

* Tradução: Maria Susley Pereira.

The current relevance of school textbooks as curriculum resources

It is a remarkable fact that the long history of the school textbook as an educational resource hasn't affected its validity. On the contrary, over the first decade of the XXI century, its relevance in the pedagogical processes tends to increase, as in case of the Chilean educational system. Therefore, it's relevance as an educational resource and the complex dimensions implied by its presence in the classroom make of it a phenomenon of renewed interest for research and reflection. It is possible to establish many relationships between this resource and the curriculum, as a cultural and pedagogical artifact. It is viewed here from a critical perspective, in its roles as a device that translates the official curriculum, as a didactical material for teachers, and as a source of learning for students.

Keywords: Textbooks. Curriculum. Curricular resource.

Atualidade del texto escolar como recurso curricular

Resulta notable que la prolongada trayectoria del texto escolar como recurso educativo no haya afectado su vigencia y que, por lo contrario, transcurrida la primera década del siglo XXI su protagonismo en los procesos pedagógicos tienda a aumentar como ocurre en el sistema educacional chileno. Por lo tanto, su actualidad como recurso educativo y las complejas dimensiones que implica su presencia en las aulas escolares lo convierte en un fenómeno de investigación y de reflexión de renovado interés. Son varias las relaciones posibles de establecer entre este recurso y el currículo, en cuanto artefacto cultural y pedagógico. Se examina en este artículo, desde una perspectiva crítica, su rol como dispositivo que traduce el currículo prescripto, como material didáctico para el profesorado y como fuente de aprendizaje para los estudiantes.

Palabras clave: Texto escolar. Currículo. Recurso curricular.

Introdução

O livro didático, um material pedagógico de longa data, é ainda hoje um recurso privilegiado nos processos de seleção e de comunicação dos conhecimentos escolares. Sua trajetória e permanência na rotina escolar o apresentam, em vários países ocidentais, como um componente fundamental do sistema educacional sobre o qual recai uma grande parte das aprendizagens promovidas pelos projetos curriculares. No Chile, o sistema educacional confere ao livro didático uma importância estratégica para a melhoria da qualidade e da equidade da educação. O próprio Ministério da Educação (MINEDUC) declara o seu importante papel ao expor que

O livro didático desempenha um papel central no trabalho pedagógico dos seus professores, tanto em sala de aula com em outros espaços de aprendizagem (como na biblioteca ou em casa). Para os alunos, principalmente, desempenha um papel de articulador no processo de aprendizagem. Professores, por sua vez, o utilizam como manual didático para planejar, preparar e desenvolver suas aulas. Além disso, em setores de maior vulnerabilidade socioeconômica e cultural, o livro didático representa um instrumento de equidade e de enriquecimento cultural para as famílias. (MINEDUC, 2009a, p. 3).

Ao considerarmos quantitativamente que entre 2000 e 2010 o número de livros didáticos dobrou em nossas salas de aula, atingindo um total de 15.253.396 livros, que são usados por 3,2 milhões de estudantes em mais de 10.700 escolas no país (MINEDUC, 2009a), não podemos deixar de reconhecer a importância deste recurso como uma fonte potencial de aprendizagem e de seu papel como protagonista nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos docentes. A crescente importância dos livros didáticos no sistema educacional se constitui em uma área de interesse para a pesquisa educacional, considerando que sua natureza complexa e heterogênea o tornam um objeto de análise a partir de perspectivas diversas de pesquisa, por exemplo, a partir da teoria das representações sociais (Ramírez, 2007).

Em relação ao currículo, o livro didático associa-se às determinações do estado acerca dos saberes legítimos ensinados na escola, atuando neste caso como um dispositivo de gestão político-cultural institucionalizado (Morales; Kiss; Guarda, 2005), porque sua estrutura inclui uma seleção de conteúdos, imagens e representações que devem ser ensinados em uma área de conhecimento e em determinado nível (Arteaga; Alemán, 2007). A partir dessa perspectiva, as implicações educacionais deste recurso vão além do seu potencial didático-pedagógico, uma vez que “através de seu conteúdo e forma, destacam construções particulares da realidade, modos particulares de selecionar e organizar um vasto universo de conhecimento possível” (Apple, 1993, p. 115).

As narrativas contidas no livro didático, que indicam explícita ou implicitamente certas ideias sobre o conhecimento, sobre a organização da sociedade, sobre a legitimidade de certas práticas culturais só evidenciam sua estreita relação com o currículo, como categoria de conhecimento pedagógico. São várias as relações que podem ser estabelecidas entre este recurso e o currículo, este artefato presente diariamente nas salas de aula, com o seu corpus de informações e abordagens metodológicas que, em muitos casos, determina as relações pedagógicas e as estratégias de ensino e de aprendizagem entre professores e estudantes.

Dispositivo que traduz o currículo oficial

O currículo escolar, enquanto categoria pedagógica tradicional de corte técnico, tem sido, historicamente, responsável por selecionar, organizar e transmitir os saberes e os conhecimentos culturais dominantes e hegemônicos em diferentes épocas (Ferrada, 2001; Gimeno Sacristán, 2002; Soto, 2002). Trata-se de um espaço no qual se disputam cotas de poder que tem diferentes organismos e atores, de modo que suas implicações são políticas além de técnico-pedagógicas. Seu projeto se produz em um contexto social, econômico, cultural e educacional no qual estão envolvidos interesses, tendências, histórias e posições ideológicas – e com eles entendimentos pedagógicos –, nos quais entram em jogo diferentes concepções de mundo, de sujeito, de sociedade e de opção para o futuro (Magendzo; Toledo, 2009).

A partir da perspectiva crítica de currículo, Michael Apple (2001) argumenta que

[...] o currículo nunca é um agregado neutro de conhecimentos que de algum modo aparece nos textos em sala de aula. É sempre parte de uma tradição seletiva, a seleção de alguém, de alguma visão de grupo a respeito do conhecimento que é considerado legítimo. É produzido a partir de tensões e de compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo [...] a decisão de definir como mais relevante o conhecimento de alguns grupos, como o conhecimento oficial, embora seja difícil que o conhecimento de outros possa dizer algo extremamente importante sobre quem tem poder na sociedade. (Apple, 2001, p. 47).

Com base nesta compreensão, o livro didático se torna um dispositivo¹ no qual convergem relações de saber e poder, pois se sustenta em formas, maneiras, regulamentos

1. O conceito de dispositivo tem o seu enquadramento teórico nas ideias de Michel Foucault, que entende o dispositivo como um conjunto heterogêneo de elementos: discursos, instalações arquitetônicas, regulamentos e instituições, por meio dos quais é possível descrever as relações de poder e de conhecimento.

e regras provenientes de diversas fontes localizadas no interior e no exterior do livro (Palacio; Ramírez, 1998; Aristizábal, 2006), que delineiam ou configuram os conhecimentos que o sistema educacional considera como legítimo e verdadeiro, sendo o principal veículo de transmissão da cultura escolar institucionalizada.

Ao contrário de outros materiais curriculares, por sua história, natureza e características pedagógicas, o livro didático é um recurso com potencial suficiente para ser usado durante todo o ano letivo, não apenas em situações específicas ou pontuais de ensino (Escudero, 2007). É, portanto, o principal material disponível para os professores, e nele são organizados os conteúdos de um curso e se operacionalizam, em nível didático, as prescrições de um programa curricular oficial. Atua como mediador entre o currículo prescrito, planejado ou projetado e o currículo praticado.

No processo de tradução do currículo prescrito se produz uma espécie de divisão do trabalho, orientada por um interesse técnico (Grundy, 1998), em que se separam os mecanismos de planejamento dos de desenvolvimento, sendo o primeiro um problema que é resolvido por conhecimentos especializados no campo disciplinar, e o segundo uma tarefa específica dos professores que devem implementar as diretrizes didáticas propostas nas páginas do material. Sob a perspectiva técnica do currículo são ouvidas vozes que argumentam que se os professores em sala de aula executam com grande fidelidade a proposta de desenvolvimento curricular do livro didático, o processo de aprendizagem dos alunos será bem sucedido, já que ele será coerente com o projeto técnico elaborado pelos especialistas.

Na categorização clássica de níveis curriculares levantada por Gimeno Sacristán (2002), a função mediadora do livro didático vai operar entre os dois primeiros níveis, a saber: a) currículo prescrito, que é o nível de definições políticas do conteúdo mínimo a ser ensinado; b) currículo apresentado aos professores, que envolve uma maior especificidade de significado e conteúdo do currículo prescrito.

Na realidade do sistema escolar, este material impresso assume a responsabilidade de apresentar o currículo aos professores, ganhando, assim, um papel significativo na definição do currículo que se vai ensinar. Isto está em consonância com a caracterização do livro didático apresentada por Martínez Bonafé (2002, p. 80):

O livro didático traduz, com uma determinada orientação e sentido, em termos de tarefas concretas, as prescrições administrativas. Oferece uma determinada sequenciação de objetivos e conteúdos e sugere – se não forem impostas – as atividades precisas que deverão ser realizadas pelos professores e pelos alunos.

A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que o livro didático é apresentado para os professores como um organizador eficiente dos conhecimentos escolares que, em

muitos casos, determina o que deve ser ensinado. De fato, pesquisas sobre o assunto têm evidenciado que os professores tendem a acomodar os seus planejamentos, objetivos, conteúdos, metodologia, incluindo a avaliação, a partir do livro didático escolhido (Grupo Eleuterio Quintanilla, 1998). Considerando-se este dado é possível afirmar que o currículo escolar não se define pelas diretrizes ministeriais nem pelos planejamentos dos docentes – embora ambos sejam fundamentais –, mas por meio das orientações do livro didático.

A partir de seu papel de tradução do currículo prescrito, evidencia-se outra especificidade deste recurso pedagógico, que é produzido por organizações externas ao sistema escolar, contudo, funciona como uma ferramenta chave no processo de ensino e aprendizagem que ocorre no contexto da sala de aula. Nesse sentido, acabam adquirindo especial importância as editoras que, interpretando as orientações ministeriais, definem os currículos por níveis, disciplinas e/ou áreas de conhecimento, estabelecendo as seqüências didáticas que os professores devem seguir.

Considerando que o currículo oficial é a fonte principal que sustenta o plano intencional de um livro didático, as diversas leituras possíveis que podem ser realizadas dos conteúdos propostos oficialmente concedem significativa importância às equipes editoriais no processo de recontextualização curricular. Esta situação é descrita por Torres Santomé (1991, p. 109) quando afirma:

Os livros didáticos, enquanto produtos culturais, são escritos e produzidos por indivíduos que, por sua vez, são membros de grupos sociais e comunidades científicas que, por um lado, fazem determinadas interpretações da realidade e, por outro lado, fazem seleções de todo o volume de conhecimentos que a humanidade possui para ser transmitido às novas gerações.

Assim, a intervenção curricular presente nos conteúdos dos livros didáticos é fruto de entendimentos e de interpretações, nas quais se entrecruzam interesses e ideologias de diferentes grupos sociais. A partir dessa compreensão, postulamos uma abordagem crítica às suas narrativas, a fim de evitar um tratamento simplista dos livros didáticos, uma vez que – como sugerido por Martinez Bonafé (2002) – o currículo é um dispositivo ideológico que envolve um possível discurso de institucionalização das relações saber/poder na escola.

Material didático para os professores

Como os livros didáticos não são um meio ou recurso curricular asséptico ou neutro de posições ideológicas, sua onipresença em sala de aula exerce uma poderosa influência na configuração da cultura escolar, na abordagem do currículo implantado e, principalmente, nas práticas pedagógicas dos professores.

Enquanto os livros didáticos são destinados ao uso dos alunos (e lhes são ofertados anualmente como organizadores de suas possíveis aprendizagens), é fato, suficientemente constatado, que os professores utilizam este material como um recurso central do trabalho cotidiano na sala de aula. Na verdade, o relatório final do estudo do uso de livros didáticos (MINEDUC, 2010) afirma que, em nível geral, 81% dos professores utilizam o texto apresentado pelo Ministério² e 58% declaram seu uso de maneira frequente, pode-se dizer que em quase todas as aulas. Além disso, este relatório também mostra que os professores de escolas municipais têm uma melhor avaliação do livro didático utilizado. 80% dos professores que trabalham em escolas municipais consideram que os livros são avaliados como bons ou excelentes, comparados com 74% dos professores de escolas privadas subsidiadas.

Para uma compreensão da relação do livro didático e a prática pedagógica dos professores, é válido levar em consideração o conceito de transposição didática cunhado por Chevallard (1985)³. Estão envolvidos neste conceito os processos pelos quais certos conhecimentos são selecionados como aqueles que devem ser ensinados em um tempo e em um lugar determinados. Trata-se de um conjunto de transformações do conhecimento científico ou dos saberes em conhecimento ensinável no contexto de um sistema escolar (Alzate et al., 2005). Isso ocorre através de um duplo processo de descontextualização e recontextualização de determinado conhecimento, que transforma o conteúdo inicial em um conteúdo para fins educacionais.

É claro que o conhecimento, que é parte do sistema escolar, não é idêntico ao conhecimento científico, considerando que a transformação do conhecimento em processo de adaptação envolve a delimitação de conhecimentos parciais, a descontextualização bem como uma operação de recontextualização da prática pedagógica (Moya, 2008). Neste processo, o livro didático se apresenta como um recurso curricular privilegiado para concretizar e efetivar a reorganização e a tradução do conhecimento científico de uma determinada disciplina para transformá-lo em objeto de ensino.

2. Uma maior proporção de professores de escolas municipais afirma usar os livros didáticos do Ministério. Em média, 84% dos professores municipais usam os livros, em comparação aos 80% de professores de escolas privadas subsidiadas.
3. Este é um conceito que surgiu a partir do campo da educação matemática, mas que serve como um quadro de referência para o estudo de vários problemas de natureza didático-pedagógica.

Ao oferecer aos professores uma organização de conteúdos, um modelo didático de trabalho com esses conteúdos, atividades para os alunos desenvolverem e, em muitos casos, um manual para o professor, o livro didático se configura como um importante material na prática pedagógica, na medida em que ajuda a “clarear” parte significativa da atividade profissional diária, por exemplo, planejar as ações didático-curriculares a serem desenvolvidas em nas aulas. O livro didático, muitas vezes, é apresentado ao corpo docente como o único material em que são desenvolvidas, de maneira prática, as exigências de um currículo específico, que apresenta metodologia para a obtenção dos resultados esperados de aprendizagem, os conteúdos já selecionados e sequenciados (com definições, descrições e exemplos), uma série de atividades sobre eles, a estratégia pedagógica que professores deverão desenvolver na apresentação das informações, e até mesmo (por meio do manual do professor) são propostos procedimentos de avaliação da aprendizagem.

Pesquisas em educação e a experiência pedagógica indicam que, na maioria das vezes, a metodologia desenvolvida nas salas de aula, bem como as atividades pedagógicas, são realizadas com base no uso do livro didático. Constata-se, então, que é utilizado em grande escala e que “as práticas de muitos professores se caracterizam pela dependência profissional deste tipo de material” (Escudero, 2007, p. 205). A forte dependência do livro didático desencadeou vários estudos que buscaram investigar as razões para esta realidade, apresentando essencialmente o seguinte: um processo de desprofissionalização docente e um conseqüente fortalecimento dos mecanismos de controle.

O processo de desprofissionalização docente ocorre devido à formação, às condições de trabalho, à estrutura e racionalidade do currículo vigente, que faz com que os professores percam a capacidade de tomar decisões e de controlar tarefas inerentes à profissão, tais como o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos processos didático-pedagógicos (Escudero, 2007). A quantidade de tarefas diárias que os professores devem desenvolver os leva a recorrer com frequência – e muitas vezes de forma acrítica – a este material que vem a programar uma parte importante de seu trabalho:

A complexidade das funções demandadas para a escola, a diversidade e a quantidade de conhecimentos que os professores devem dominar, tendo que atender às necessidades individuais e coletivas de um grande número de estudantes, a diversidade de competências que os professores devem enfrentar, a estrutura dos locais trabalho e as deficiências de sua formação fazem com que os materiais dispostos para o desenvolvimento curricular – seja o livro didático ou quaisquer outros – se constituam uma ajuda necessária e dificilmente prescindível. (Blanco, 1994, p. 267).

Outro motivo está relacionado ao fortalecimento de mecanismos de controle sobre o desenvolvimento do currículo, concebido a partir das administrações estatais do estado, orientados a direcionar a prática profissional dos docentes, operacionalizar os conteúdos e pré-estabelecer as estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas (Gimeno Sacristan, 2002). A partir desta perspectiva, os livros didáticos, ao serem legalmente reconhecidos, estão vinculados aos interesses e objetivos político-culturais das administrações educacionais e se apresentam nas escolas com evidente pretensão de garantir que os alunos recebam em suas salas de aula as prescrições do currículo oficial.

A relação básica que emerge a partir dos argumentos apresentados é que a perda de autonomia profissional ou a desprofissionalização dos docentes está diretamente vinculada aos mecanismos de controle que acabam, em grande parte, configurando a prática pedagógica dos docentes. Além disso, permite compreender as razões que leva o professorado a usar o livro didático como um dos elementos centrais e básicos da sua atividade profissional cotidiana.

O paradoxo da questão é que apesar da relevância deste material na formação acadêmica e cultural dos estudantes, as instituições formadoras de pedagogos – tanto na formação inicial como na continuada – não desenvolvem uma preparação pedagógica que contemple enfoques e estratégias para o uso de livros didáticos, muito menos, ferramentas de análise crítica dos conteúdos que pudessem, auxiliar na identificação, por exemplo, de inserções de natureza classista, racista ou sexista. Constata-se esta realidade no relatório final de acompanhamento do uso de livros didáticos na formação de professores (MINEDUC, 2009b), no qual identificou-se a falta de formação específica para o seu uso. No estudo, que envolveu estudantes de Licenciatura de dois centros universitários da região metropolitana, os sujeitos da pesquisa relataram que houve pouca ou nenhuma preparação para a utilização do livro didático como recurso pedagógico durante a formação. O relatório também indica que nas instituições escolares onde o livro didático é definido como um recurso comum de trabalho, não existe suporte ou formação pedagógica para uma boa utilização deste material.

Os docentes se deparam com este material em sala de aula possuindo, muitas vezes, como única referência as experiências do uso que fizeram dele enquanto estudantes durante o processo de escolarização. Ao mesmo tempo, se desejam buscar apoio metodológico para o uso deste material, a bibliografia sobre o assunto é praticamente inexistente. Em nossa compreensão, a falta de programas de formação voltados para o uso de livros didáticos está ligada ao potencial pedagógico intrínseco atribuído a este recurso, partindo do pressuposto de que uma organização adequada do conteúdo e a presença de várias estratégias seriam suficientes para fazer deste um instrumento útil na aprendizagem dos estudantes. Como argumentam Fontaine e Eyzaguirre:

Mas o livro didático não apenas desempenha o papel de informar sobre o currículo; um bom livro tem a capacidade de gerar mudanças independentemente da capacitação do professorado e de compensar as possíveis deficiências em sua formação. A maior parte dos livros didáticos modernos sugere também ao professor uma metodologia e pode ser usada efetivamente como um meio de formação de professores relativamente rápido em novas técnicas de ensino não ofertadas em sua formação anterior. Ou seja, o livro didático também desenvolve um papel no aperfeiçoamento do professor. (Fontaine e Eyzaguirre, 1997, p. 361).

Não obstante, outras vertentes postulam que a eficácia pedagógica deste recurso na aprendizagem dos estudantes está diretamente relacionada à qualidade do uso que os professores podem fazer dele. Isto sugere que o professor especialista – que entre outras características de desempenho excepcional tenha sido preparado no domínio de técnicas pedagógicas em sala de aula – apresenta diferenças significativas no que se refere ao uso do livro didático, apresentando resultados de aprendizagem maiores em relação ao professor não-especialista (Eguren; Belaúnde; González, 2003). Enquanto o primeiro utiliza o livro de maneira integral, como um verdadeiro recurso para a aprendizagem, o segundo o incorpora apenas como um inventário de exercícios que os estudantes realizam no final da aula ou como lição de casa que deve ser concluída para a próxima aula.

Além de apresentar diferenças pedagógicas na utilização dos livros didáticos, constata-se entre o corpo docente diferentes níveis de aproximação a este material, ou seja, níveis de flexibilidade em seu uso/dependência, que estão diretamente relacionados às abordagens curriculares adotadas nos locais em que estão atuando (Güemes, 1994). Isto significa que os docentes que apresentam uma forte dependência do livro didático desenvolveram esta posição a partir de um entendimento técnico-racional dos processos pedagógicos, enquanto que aqueles que promovem aprendizagens a partir de posturas críticas, realizam usos mais flexíveis do material didático.

A partir deste entendimento, a relação pedagógica entre o livro didático e o professorado adquire relevância na concepção que o docente possui sobre este recurso, uma vez que irá incidir sobre o protagonismo do livro didático em sala de aula. Ou seja, há uma estreita relação entre a forma como o livro didático é usado e a perspectiva pedagógica que o acompanha. É por isso que a discussão sobre o assunto tem focado os níveis de intensificação do uso – flexibilidade/dependência – do livro didático pelos docentes. Se é utilizado para favorecer, apoiar e complementar os processos de ensino e de aprendizagem previstos ou se delega exclusivamente ao livro didático a sequência de ensino e organização da sala de aula.

Os diferentes estilos e formas de uso pedagógico desse material sugerem que o professor, em última análise, com suas crenças, formação, experiência profissional e capacidade de reflexão, é quem vai determinar o melhor uso desse recurso e, assim, os níveis de flexibilidade/dependência do livro didático. Ou seja, o professor é um agente ativo nos processos de mediação e de transformação entre as propostas deste material e os estudantes. Nesta perspectiva, se expressa a autonomia que todo professor possui ao tomar decisões curriculares e pedagógicas em sala de aula.

No entanto, considerando que em muitas das nossas escolas os professores e os livros didáticos constituem os principais agentes de mediação entre o conhecimento e a aprendizagem dos estudantes, analisar os conteúdos, as características e as potencialidades pedagógicas deste recurso é uma tarefa importante, assim como melhorar os conhecimentos e as habilidades dos professores sobre os aspectos educacionais envolvidos no seu uso. Obviamente, deve-se pensar, também, em estratégias que vão além da relação professor/livro didático como fonte de conhecimento, a fim de criar um currículo escolar que contemple diferentes experiências de aprendizagem.

Fonte de aprendizagem para os alunos

Anualmente, o governo chileno convoca as principais editoras do país para elaborarem os livros didáticos, os quais serão fornecidos gratuitamente aos alunos da educação subsidiada. Segundo o portal de livros didáticos do Ministério da Educação, o objetivo destes é “contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem e da equidade social na educação subsidiada do país” (MINEDUC, 2009c, p. 2). Para o ano de 2009, estimou-se que 93% dos estudantes do país recebiam livros didáticos sem nenhum custo para seus pais e o universo de beneficiários compreendia 14 níveis de ensino (educação infantil, fundamental e média), distribuídos em sete áreas curriculares (MINEDUC, 2009c).

Sendo o estudante o principal usuário do livro didático, não devem ser ignoradas as implicações que este recurso impõe ao seu processo formativo. É verdade que hoje, com o desenvolvimento da tecnologia audiovisual e da informática, têm surgido novas formas de expressão e de difusão da cultura que se comunicam por meio de códigos de representação diferentes do texto, que não são impressos, e sim de natureza eletrônica, mas para o sistema escolar esses meios ainda não atingem o mesmo *status* e legitimidade do livro.

Em tempos de internet e em que a educação se apresenta como a chave-mestra para o progresso social e econômico – uma razão de mercado em países como o nosso –,

os livros didáticos são renovados em sua estrutura e conteúdo, integrando progressivamente uma maior quantidade de informações através de inserções de hipertexto que atuam como ícones que permitem ao estudante saber se está em uma página de informações conceituais, com atividades grupais ou individuais e, muitas vezes, trabalhar diretamente com ele, sem a necessidade de um professor. Esta capacidade indubitável de adaptação às exigências do público jovem de hoje, na verdade, não transforma o propósito educativo e o significado do livro didático, que é agir como um dispositivo de comunicação e de transmissão cultural entre as novas gerações de estudantes.

É talvez sua presença institucionalizada na vida escolar e seu caráter de artefato cultural a fonte de maior controvérsia sobre este recurso curricular como material educativo. Isso, considerando que o livro didático traz uma série de representações sociais para moldar comportamentos e orientar condutas. Ou seja, trata-se de um poderoso formador de capital simbólico. Através dos livros didáticos os estudantes têm acesso seletivo ao conhecimento, a entendimentos e a determinados tipos de informação. Os livros didáticos condensam a cultura que é considerada digna de ser ensinada na escola.

Isto os leva a pensar e a agir de certa maneira, e a não considerar outras possibilidades, dúvidas ou ações. Os livros didáticos legitimam as relações sociais existentes e a situação daqueles que dominam, e o fazem de um modo que resulta na crença de que não há versões alternativas do mundo e que a interpretação que está sendo ensinada na escola é, evidentemente, um fato indiscutível. (Grupo Eleuterio Quintanilla 1998, p. 19).

Nas páginas do livro didático se apresentam explícita e implicitamente representações simbólicas do mundo a que os jovens têm acesso; aquelas revestidas com uma aparente neutralidade correspondem a relações de poder que, em geral, reproduzem situações de dominação social e cultural. Os estilos de redação, o tipo de imagens que contêm, a proposta editorial como um todo convertem o livro didático em uma representação de um modelo da realidade, em um meio de comunicação que constrói sentidos. Articula práticas discursivas que criam ligações entre o conhecimento e o indivíduo, entre formas de saber e formas de ser, de estar e de agir dos sujeitos (Morales; Kiss; Guarda, 2005). Ou seja, as representações simbólicas propostas em sua estrutura estão ativamente envolvidas na criação de identidades sociais entre os estudantes (Ajagán; Turra, 2009).

Na verdade, o componente ideológico ou simbólico atribuído ao livro didático é uma característica compartilhada por qualquer outro recurso impresso que se relacione com o alunado, o problema é que desde a sua primeira incursão na leitura até o último ano do ensino médio, o estudante necessariamente encontra o livro didático como um

recurso didático em sala de aula. Esta situação é agravada se em determinadas situações a aula se desenvolve com base em ditados ou leituras do livro didático, para que o discente conclua depois de completar as atividades ali propostas (Martínez, 2001).

Um dado interessante que reafirma a relação entre o alunado e o livro didático é o fato de que pelo menos nos últimos dois anos, esse material distribuído pelo Ministério da Educação recebeu literalmente o título de “livro didático para o estudante”⁴. Este é um exemplo claro, que a pesquisa também revelou, de que este recurso é concebido especificamente como um recurso de aprendizagem para os estudantes com o objetivo último que estes aprendam autonomamente (Truneanu, 2005).

No entanto, seria ingênuo supor que o que está nos livros é o que o estudante realmente aprende. Desde suas próprias biografias, os estudantes, assim como os professores, realizam processos de interpretação e de reinterpretação da informação que os livros didáticos propõem e aceitam ou rejeitam seletivamente a informação, conforme a adaptação às suas estruturas cognitivas prévias. Isto pressupõe uma compreensão ativa da leitura dos livros didáticos, que reconhecem a capacidade de gestão dos sujeitos estudantes em suas aprendizagens e o caráter contínuo e permanente dos processos educativos, os quais não se esgotam no sistema escolar.

Como qualquer outro material curricular, o livro didático participa da construção de significados – talvez com mais ênfase em certas realidades – mas isso ocorre em um contexto de relações sociais complexas, contraditórias, a partir da multiplicidade de narrativas e de entendimentos que operam na vida escolar e social. Não se pode compreender o valor educativo deste recurso em todas as suas dimensões sem considerar a maneira que os estudantes realmente o lêem, sendo sujeitos pertencentes a grupos sociais com suas culturas e histórias de vidas individuais.

A partir desta compreensão, o livro didático é um dos recursos, entre outros, que operam na construção de aprendizagens e de significados; apesar da sua presença transversal no sistema escolar – tradição nos mais diversos contextos – não se pode deixar de considerar a sua poderosa influência como um artefato cultural nos processos de construção de identidades individuais e sociais. Isto não significa negar o livro didático como material educativo, mas apostar em uma expansão do universo de significados presentes nas construções teóricas contidas páginas de propostas didáticas em relação à diversidade de contextos. Em suma, é necessário promover uma análise crítica da relação entre professores, estudantes e livro didático para que se possa entender que os conteúdos apresentados em suas páginas são o resultado de um modo particular de seleção e de organização do vasto universo de conhecimento possível.

4. Veja textos para o Ensino Médio em diversos setores de aprendizagem, Editorial Santillana (2009, 2010).

Considerações finais

Parece-nos que a longa trajetória dos livros didáticos no sistema educacional não afetou sua validade e que, por outro lado, com projetos e formatos renovados, o seu papel nos processos pedagógicos aumentou e se solidificou. Sua relevância como um recurso educacional e as dimensões complexas que envolvem a sua presença nos processos de ensino e de aprendizagem fazem do livro didático um fenômeno de interesse permanente de pesquisa e de reflexão. Neste sentido, compartilhamos com Valls (2001) que as pesquisas sobre os livros didáticos deveriam levar em conta a complexidade crescente que os mesmos têm adquirido nos últimos tempos. Houve uma transição dos livros baseados sobretudo em descrições e interpretações de autores para livros que apresentam uma grande quantidade de imagens, gráficos, quadros estatísticos bem como a inserção de documentos como fontes escritas. Eles também contêm pontos importantes para perguntas e atividades de aprendizagem.

Essas novas configurações na estrutura dos livros, sem dúvida, devem ser consideradas no momento de sua análise. No entanto, o foco de estudo do livro didático no momento já não pode limitar-se ao seu conteúdo; em nossa opinião, deve, necessariamente, ser estendido ao seu uso no contexto de sala de aula. É necessário avançar de uma abordagem restritiva dos mesmos, como se fossem objetos autônomos ou semi-independentes, para uma que considere a sua relação com o professorado, com os estudantes e com o contexto sociocultural, como partícipe de um fenômeno social complexo, como são as relações pedagógicas nos sistemas escolares. Relações que são diversas, dependendo da disciplina escolar em questão.

Considerando a presença maciça dos livros didáticos em sala de aula e o importante papel que desempenha como ferramenta pedagógica, torna-se relevante gerar conhecimento sobre o seu impacto na comunidade escolar, pois, como tentamos demonstrar aqui, a sua influência transcende o objetivo de disseminar conhecimentos específicos das diferentes disciplinas científicas.

Referências

- AJAGÁN, Luis; TURRA, Omar. El texto escolar: hacia una didáctica crítica. *REXE: Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, v. 8, n. 16, p. 87-99, 2009.
- ALZATE, Maria et al. Intervención, mediación pedagógica y los usos del texto escolar. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 37, n. 3, p. 1-15, 2005.
- ARISTIZÁBAL, Magnolia. La categoría "saber pedagógico": una estrategia metodológica para estudiar la relación pedagogía, currículo y didáctica. *Revista Itinerantes*, v. 4, p. 43-48, 2006.

- ARTEAGA, Carmen; ALEMÁN, Pedro. Representación del Caribe en libros de texto de primaria venezolanos. *Revista de Pedagogía*, v. 28, n. 83, p. 335-360, 2007.
- APPLE, Michael. El libro de texto y la política cultural. *Revista de Educación*, n. 301, p. 109-126, 1993. _____ . *Política cultural y educación*. Madrid: Morata, 2001.
- BLANCO, Nieves. Materiales curriculares: los libros de texto. In: BLANCO, Nieves; ANGULO, José (Coord.). *Teoría y desarrollo del currículum*. Málaga: Aljibe, 1994. p. 263-279.
- CHEVALLARD, Yves. *La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné*. París: La Pensée Sauvage, 1985.
- EGUREN, Mariana; BELAÚNDE, Carolina; GONZÁLEZ, Natalia. *Repensando el texto educativo desde su uso: un diagnóstico para la escuela urbana*. Lima: IEP, 2003. Disponível em: <<http://cies.org.pe/files/documents/investigaciones/educacion/repesando-el-texto-escolar-desde-su-uso-un-diagnostico-para-la-escuela-urbana.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.
- ESCUADERO, Juan Manuel (Ed.). *Diseño, desarrollo e innovación del currículum*. Madrid: Síntesis, 2007.
- FERRADA, Donatila. *Currículum crítico comunicativo*. Barcelona: El Roure, 2001.
- FONTAINE, Loreto; EYZAGUIRRE, Bárbara. Por qué es importante el texto escolar. In: _____; _____. (Ed.). *El futuro en riesgo: nuestros textos escolares*. Santiago: CEP, 1997. p. 355-369.
- GIMENO SACRISTÁN, José. *El currículum: una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Morata, 2002.
- GRUNDY, Shirley. *Producto o praxis del currículum*. Madrid: Morata, 1998.
- GRUPO ELEUTERIO QUINTANILLA. *Libros de texto y diversidad cultural*. Madrid: Talasa, 1998.
- GÜEMES, Rosa María. *Libros de texto y desarrollo del currículo en el aula: un estudio de casos*. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de La Laguna, Tenerife, 1994.
- MAGENDZO, Abraham; TOLEDO, María Isabel. Educación en Derechos Humanos: currículum historia y ciencias sociales del 2º año de enseñanza media. Subunidad “Régimen militar y transición a la Democracia”. *Estudios Pedagógicos*, v. 35, n. 1, p. 139-154, 2009.
- MARTÍNEZ, María Cristina. *Análisis del discurso y práctica pedagógica: una propuesta para leer, escribir y aprender mejor*. Cali: Homo Sapiens, 2001.
- MARTÍNEZ BONAFÉ, Jaume. *Políticas del texto escolar*. Madrid: Morata, 2002.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE. *Política de textos escolares*. Santiago: Unidad de Currículum y Evaluación, 2009a. Disponível em: <http://portal.textosescolares.cl/imagen/File/pdf/folleto_politica.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- _____. *Seguimiento al Uso de los Textos Escolares en la formación Docente*. Santiago: Centro de Documentación, 2009b. (Textos Escolares). Disponível em: <http://portal.textosescolares.cl/imagen/File/Centro_Documentacion/Estudios/Seguimiento_uso_Txt_Esc_formacion_docente_2.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2011.
- _____. *Innovaciones en la provisión de textos escolares y como estas aseguran la calidad de los textos*. 2009c. Disponível em: <http://portal.textosescolares.cl/imagen/File/Centro_Documentacion/Presentaciones/Innovaciones_txt_escolares.ppt>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- _____. *Estudio de seguimiento al uso de Textos Escolares*. Informe Final. Santiago: Centro de Documentación. 2010. (Textos Escolares). Disponível em: <http://portal.textosescolares.cl/imagen/File/Centro_Documentacion/Estudios/Tomo_1_Informe_Final_sitioweb.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2011.

MORALES, Gladys; KISS, Diana; GUARDA, Alicia. El Libro de Texto Escolar como interventor socio cultural en la construcción de la identidad cultural. *Impulso: Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, v. 17, n. 42, p. 21-28, 2005.

MOYA, Constanza. Aproximación al concepto y tratamiento de texto escolar. *Cuadernos de Lingüística Hispánica*, n. 11, p. 133-152, 2008.

PALACIO, Luz; RAMÍREZ, Marta. Reflexiones sobre el texto escolar como dispositivo. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 10, n. 21, p. 217-236, 2008.

RAMÍREZ, Tulio. Los maestros venezolanos y los textos escolares: una aproximación a las representaciones sociales a partir del análisis de segmentación. *Revista de Pedagogía*, v. 28, n. 82, p. 225-260, 2007.

SOTO, Viola. Políticas, acciones curriculares y reforma de la educación en Chile. *REXE: Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, v. 1, n. 1, p. 57- 74, 2002.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. *El currículum oculto*. Madrid: Morata, 1991.

TRUNEANU, Valentina. Análisis de los textos escolares para la enseñanza de la literatura en Educación Media Diversificada. *Revista de Ciencias Humanas y Sociales*, v. 21, n. 46, p. 102-123, 2005.

VALLS, Rafael. Los estudios sobre los manuales escolares de historia y sus nuevas perspectivas. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, n. 15, p. 23-36, 2001.

Recebido em agosto de 2011

Aprovado em outubro de 2011

Omar Rolando Turra Díaz, doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidad de Concepción, Chile. Diretor do depto de *Pedagogía en Historia y Geografía*. Linhas de pesquisa: currículo escolar e interculturalidade, ensino de história e ciências sociais, educação em contextos de vulnerabilidade social. Publicação recente: Profesores de Historia y significación pedagógica de la diversidad étnico-cultural mapuche. *Visiones de la Educación*, n. 15, Universidad de Concepción, 2010. **E-mail:** omarturra@udec.cl

Tradutora: **Maria Susley Pereira** é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF. **E-mail:** mariasusley@gmail.com
